
Revista

CEDEPEM

ISSN: 2763-8111

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

GOVERNANÇA OCEÂNICA E CAPACIDADES ESTRATÉGICAS: O ORDENAMENTO DA MARGEM EQUATORIAL SOB A ÉGIDE DA NOVA GESTÃO PÚBLICA

*Ocean Governance and Strategic Capabilities:
Planning the Equatorial Margin under the Aegis of New Public Management*

Thiago Silva e Souza (<https://orcid.org/0000-0001-8109-5600>) 

<https://lattes.cnpq.br/2676465393239122>

Pesquisador do Centro de Estudos Estratégicos e Planejamento Espacial Marinho (CEDEPEM).

E-mail: imthiagosouza@hotmail.com

Resumo: Este estudo analisou a transição da administração pública nacional, do Decreto-lei nº 200/1967 para o Anteprojeto da Lei Geral da Gestão Pública (LGGP), e os seus reflexos na governança oceânica da Amazônia Azul. A investigação pautou-se em uma análise documental prospectiva, fundamentada no modelo de três camadas de capacidades estratégicas, para demonstrar como o Planejamento Espacial Marinho (PEM) e o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz) se articulam como instrumentos de soberania e de eficiência alocativa. Os achados evidenciaram que a coordenação estratégica entre o ordenamento da Margem Equatorial brasileira e as infraestruturas de monitoramento constitui a base necessária para o amadurecimento das capacidades dinâmicas de Estado. Por fim, a pesquisa indicou a institucionalização de políticas públicas baseadas em evidências e o fortalecimento da burocracia profissional como requisitos essenciais para o enfrentamento desse wicked problem, visando superar lacunas institucionais históricas.

Palavras-chave: Margem Equatorial Brasileira; Planejamento Espacial Marinho; Capacidades Estatais; Amazônia Azul; Wicked Problem.

Abstract: This study analyzed the transition of the national public administration from Decree-Law No. 200/1967 to the Draft General Law on Public Management (LGGP), and its impact on ocean governance in the Blue Amazon. The investigation was based on a prospective documentary analysis, grounded in the three-layer model of strategic capabilities, to demonstrate how Marine Spatial Planning (MSP) and the Blue Amazon Management System (SisGAAz) are articulated as instruments of sovereignty and allocative efficiency. The findings showed that strategic coordination between the management of the Brazilian Equatorial Margin and monitoring infrastructures constitutes the necessary basis for the maturation of dynamic state capabilities. Finally, the research indicated the institutionalization of evidence-based public



Esta obra está licenciada sob uma Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0.
Qualquer reprodução deste material, total ou parcial, deve citar a fonte.

policies and the strengthening of professional bureaucracy as essential requirements for addressing this wicked problem, aiming to overcome historical institutional gaps.

Keywords: Brazilian Equatorial Margin; Marine Spatial Planning; State Capacities; Blue Amazon; Wicked Problem

Introdução

A soberania brasileira sobre a Amazônia Azul e a exploração da Margem Equatorial representam desafios geopolíticos que transcendem a simples gestão de recursos naturais para se tornarem fronteiras de afirmação nacional. A necessidade de defesa e exploração sustentável desse território marítimo exige uma governança administrativa capaz de superar o wicked problem, caracterizado pela “fragmentação ou falta de coordenação” e pela complexidade estatal, bem como pelo atual cenário fiscal nacional, associado à complexidade do ordenamento das Águas Jurisdicionais Brasileiras (Cavalcante; Lotta, 2021, p. 5; Mazzucato; Kattel, 2026).

Atualmente, o orçamento federal é marcado por uma rigidez estrutural asfixiante, onde as despesas obrigatórias atingem patamares críticos de 95%, o que comprime drasticamente os investimentos discricionários e compromete a capacidade de resposta estratégica do Estado (Mendes; Abreu; Souza, 2021). Especificamente no setor de Defesa, essa rigidez é evidenciada pela concentração histórica de mais de 70% do orçamento em despesas com pessoal, restando uma parcela diminuta para investimentos. Logo, ao ser sistematicamente atingida por cortes e contingenciamentos anuais, tal falta de previsibilidade orçamentária transforma a aquisição de capacidades estratégicas em empreendimentos repletos de incertezas e riscos (Silva, 2019). Diante desse cenário de escassez, a tese central deste estudo sustenta que a implementação da doutrina do Anteprojeto da Lei Geral da Gestão Pública (LGGP)¹ e a operacionalização do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz) são os pilares fundamentais para garantir a eficiência alocativa do Planejamento Espacial Marinho (PEM). Argumenta-se que a modernização da atuação estatal na Margem Equatorial exige romper com o paradigma burocrático e incrementalista do Decreto-Lei 200/1967 (Gaetani, 2025; Mendes; Abreu; Souza, 2021), bem como joga luzes na defesa de que a governança oceânica só atingirá sua plena efetividade quando as infraestruturas tecnológicas gerarem as evidências necessárias para justificar o financiamento de políticas públicas em cenários de severa restrição orçamentária (Marroni, 2025; De Toni, 2026).

¹ Para maiores informações sobre o Anteprojeto da Nova Lei de Gestão Pública, ver **Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI)**. <https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/noticias/2025/dezembro/comissao-de-especialistas-entrega-ao-governo-proposta-de-lei-geral-da-gestao-publica>.

Método

Esta investigação caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória. A escolha por essa abordagem justifica-se por sua capacidade de proporcionar uma compreensão profunda e contextualizada de fenômenos políticos complexos. Segundo Ercan e Vromen (2023), o entendimento dos processos institucionais e da atuação dos atores dentro e fora dos governos constitui a base fundamental da investigação política. Sendo assim, o estudo foi conduzido por meio de uma análise documental e bibliográfica multidimensional. A literatura metodológica contemporânea sugere uma triangulação de diferentes fontes empíricas para reduzir vieses e assegurar a validade das inferências. Para Yin (2001), a utilização de fontes múltiplas de evidências e o seu encadeamento formam a estratégia essencial para a validação dos dados em estudos qualitativos.

Para garantir esse rigor técnico, o desenho metodológico da pesquisa fundamentou-se no cruzamento de fontes normativas com documentos de planejamento estratégico. As fontes normativas incluíram o Anteprojeto da LGGP e o Decreto 12.725/2025². O escopo de planejamento contemplou o Plano Plurianual vigente (PPA 2024-2027)³ e o Portfólio de Projetos Estratégicos de Defesa (PPED)⁴ para o período de 2020 a 2031, bem como a coleta de evidências adicionais em atas técnicas da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM)⁵ e em estudos setoriais.

A literatura acadêmica sobre governança colaborativa e estratégia de fronteiras forneceu a lente teórica para a interpretação dos dados. Os trabalhos de Ansell e Gash (2007), Cavalcante e Lotta (2021) e Marroni (2025) guiaram a análise de como a governança ocorre na prática, uma vez que tais autores observam que esse processo se dá por meio de um misto de coordenação formal e informal, aliado a uma liderança ativa.

² **Aprova a Política Nacional de Defesa (PND), A Estratégia Nacional de Defesa (END) e o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN).** https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/D12725.htm

³ Maiores informações sobre os **Programas do MD no PPA 2024-2027**, disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/acesso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas/planejamento-estrategico-plano-plurianual-ppa/plano-plurianual/copy_of_programas-do-md-no-ppa-2020-2023-1

⁴ Aprovado pela Resolução CONSUG/MD nº 14, de 25 de julho de 2022. <https://www.gov.br/defesa/pt-br/acesso-a-informacao/governanca/governanca-do-setor-de-defesa/planejamento-estrategico-1>

⁵ Atas da CIRM. <https://www.marinha.mil.br/secirm/pt-br/atas>

Figura 1

Modelo de 3 camadas de Capacidades Estatais aplicado à Margem Equatorial



Fonte: Adaptado de Mazzucato; Kattel, (2026, p. 18)

O processo analítico buscou ultrapassar a mera descrição documental para produzir explicações aprofundadas sobre o fenômeno estudado. O objetivo foi adaptar o modelo de três camadas de capacidades estratégicas de Mazzucato e Kattel (2026), a fim de correlacionar o monitoramento operacional do SisGAAz com os requisitos de avaliação de desempenho exigidos pela Nova Gestão Pública (LGGP). Esse último aspecto baseou-se nas proposições de De Toni (2026), pois as evidências qualitativas foram cuidadosamente organizadas para ilustrar a transição de um modelo procedimental (Decreto nº 200/1967) para uma gestão baseada em resultados e capacidades dinâmicas (LGGP). Assim, o estudo priorizou diálogos com a produção científica recente sobre economia de defesa e ordenamento espacial, onde os trabalhos de Santos e Leske (2025) e de Moreira et al. (2023) fundamentaram as interpretações e as inferências obtidas ao longo da investigação empírica (Ercan; Vromen, 2023; Yin, 2001).

Discussão

A análise da governança oceânica brasileira indica que o país atravessa um estágio de amadurecimento institucional caracterizado pelo equilíbrio pontuado (Moreira et al., 2023). Esse conceito sugere que a administração pública não evolui de forma linear, mas sim por meio de rupturas que alteram trajetórias históricas consolidadas em resposta a problemas perversos (wicked problem). Atualmente, o esgotamento do modelo do Decreto-lei 200/1967 frente à complexidade do ordenamento da Margem Equatorial brasileira abre caminhos para um novo paradigma

representado pelo Anteprojeto da LGGP, assim representando o fechamento de um ciclo de políticas públicas e a abertura de uma janela de oportunidade para a consolidação de uma Agenda de Estado soberana (Kingdon, 2025; Secchi, 2014; Silva, 2019).

Tabela 1

Matriz de Transição Institucional (DL nº 200/67 vs. LGGP)

Dimensão de Análise	Paradigma DL nº 200/67	Paradigma Anteprojeto LGGP
Foco principal	Conformidade de processos e insumos	Geração de Valor Público e resultados
Modelo orçamentário	Incrementalismo e visão anual	Planejamento de Médio Prazo (MTEF)
Gestão de riscos	Aversão ao risco e rigidez burocrática	Experimentação e capacidades dinâmicas
Burocracia	Controle procedimental e hierárquico	Autonomia profissional e meritocracia
Instrumento marítimo	Gestão setorial fragmentada	Governança colaborativa via PEM

Fonte: Elaborado pelo autor

1ª Camada - Capacidade Estrutural: a LGGP e a Resiliência Fiscal

Para Mazzucato e Kattel (2026), a capacidade estrutural engloba a arquitetura legal, os mandatos institucionais, o financiamento e a burocracia profissional. Esses elementos permitem ao Estado definir uma direção, além de sustentar compromissos de longo prazo. Contudo, a mera criação de leis é insuficiente para garantir tal sustentação. Para Machado e Gomide (2026), o fortalecimento de uma burocracia profissional protegida contra capturas políticas e flutuações de governos exige a construção de pactos democráticos amplos. Nesse contexto, a LGGP e a legitimidade da Marinha do Brasil representam essa função estrutural por estarem alicerçadas nesse pacto democrático. Em outras palavras, essa camada institucional encontra-se legalmente amparada e socialmente legitimada, responsável por garantir a estabilidade e absorver altos riscos para que as outras camadas possam inovar, experimentar e operar frente à complexidade do ordenamento da Margem Equatorial brasileira.

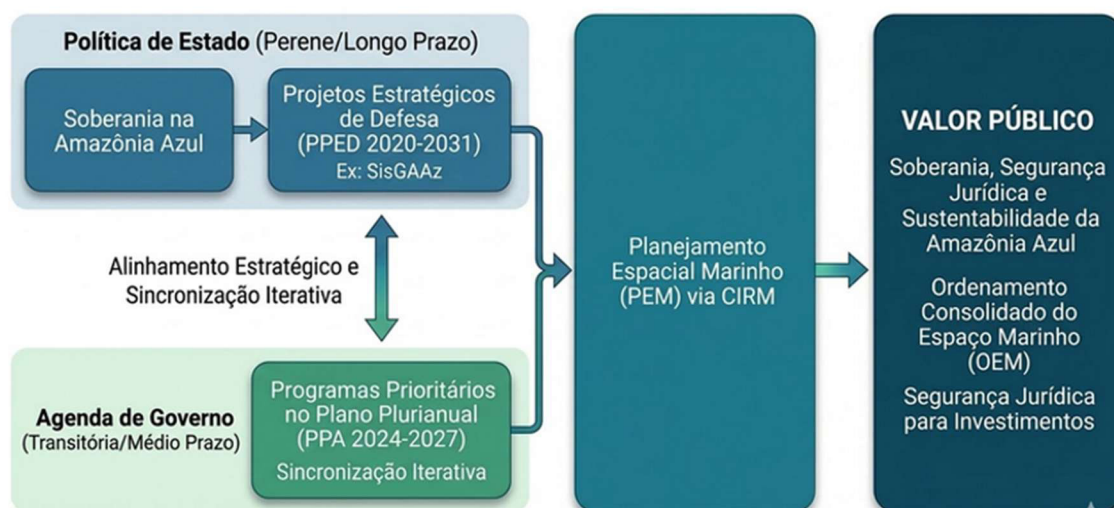
No detalhamento desse cenário, a camada estrutural da gestão marítima brasileira enfrenta uma severa restrição orçamentária. Com efeito, a esperada eficiência alocativa deixa de ser uma opção

e torna-se um imperativo de sobrevivência institucional. Logo, argumenta-se que a transição para a LGGP poderá prover o suporte normativo para o estabelecimento de um Medium Term Expenditure Framework (MTEF), modelo de médio prazo essencial para blindar os projetos de Defesa de sua principal vulnerabilidade, qual seja, a elevada volatilidade e imprevisibilidade orçamentária. Segundo Silva (2019), a natureza desses investimentos requer um planejamento que extrapola o ciclo orçamentário anual e exige horizontes de investimentos plurianuais fundamentados em uma Política de Estado, com formulações que chegam a se estender por décadas (Silva, 2019; Mendes; Abreu; Souza, 2021; Gaetani, 2025).

Contudo, para compreendermos esse movimento, é essencial distinguir a transitoriedade da Agenda de Governo da perenidade da Política de Estado (Bobbio, 2017; Aith, 2006; Bittencourt; Reck, 2021). Nesse cenário, observamos que o SisGAAz pode figurar como Projeto de Estado consolidado no Portfólio de Projetos Estratégicos de Defesa (PPED 2020-2031) enquanto o Planejamento Espacial Marinho (PEM) se estabelece como um programa prioritário da CIRM, com execução vinculada ao Plano Plurianual (PPA 2024-2027).

Figura 2

Integração entre PPA, PPED e PEM



Fonte: Elaborado pelo autor

O SisGAAz fortalece a soberania ao atuar como a consolidação tecnológica e prática das capacidades dinâmicas do Estado no ambiente marinho. Recente estudo do IPEA reforça esse entendimento ao apontá-lo como esse instrumento central para a soberania, contudo continua

enfrentando o desafio de se manter prioritário diante de restrições orçamentárias severas (Andrade; Rocha; Franco, 2019). Embora tal pesquisa date de 2019, sua premissa permanece válida, ganhando relevância sob a rigidez da Emenda Constitucional 95/2016 (Novo Regime Fiscal) e, mais recentemente, na vigência da Lei Complementar 200/2023 (Novo Arcabouço Fiscal). Argumenta-se que, em cenário de escassez fiscal, a provisão de consciência situacional em tempo real, geradas pelo SisGAAz, permitirão à Marinha e, em último caso, ao próprio Estado, não apenas observar, mas mobilizar e redirecionar recursos (material, humano, financeiro) rapidamente, assim monitorando ameaças imprevisíveis (ex: pesca ilegal; rotas de tráfego irregulares; desastres ambientais; etc).

2ª Camada - Capacidade Organizacional: a Marinha como “Atravessadora de Fronteiras”

Mazzucato e Kattel (2026) definem rotinas organizacionais como práticas administrativas e gerenciais repetitivas, profissionalizadas e socialmente enraizadas que traduzem direção estratégica em ação coordenada no dia a dia. Sendo assim, o PEM se enquadraria não como um mero mapa ou documento, mas como o “tecido conectivo” prático (tradução nossa, p. 16), uma vez que estabelecerá os processos de licenciamento, as regras de zoneamento e as instâncias de diálogo contínuo que irão organizar e mitigar os conflitos de uso entre diferentes setores (ex: óleo e gás; pesca; conservação ambiental), em especial na defesa, atuando como a rotina que garantirá que a soberania não fique apenas no papel.

Não restam dúvidas de que a implementação do PEM na Margem Equatorial brasileira exige uma coordenação singular. Tal ordenamento territorial constitui um típico problema perverso, naquilo que a literatura classifica como um *wicked problem*. Segundo Souza e Ximenes (2025), a abordagem teórica dos problemas perversos contrapõe-se às visões gerenciais tradicionais reducionistas, que tentam fragmentar os problemas públicos para encaixá-los em caixas de ferramentas isoladas. As autoras reconhecem a impossibilidade de se compreender uma questão pública dessa magnitude a partir de um único ponto de vista institucional. Defendem que o enfrentamento de um *wicked problem* não admite soluções engessadas e definitivas, exigindo o aprofundamento constante da compreensão da realidade e a escuta de diversas narrativas setoriais. Assim, tal complexidade impõe uma coordenação governamental que transcende os tradicionais limites ministeriais.

Jogando luz na reflexão do Almirante Moura Neto, ex-Comandante da Marinha (2007-2015), depreende-se pela figura acima que a Marinha do Brasil, atuando como Autoridade Marítima no âmbito da CIRM, exemplifica a estratégia de fronteiras ao mediar os interesses dos setores de energia, meio ambiente e defesa, tendo o PEM atuando na rotina organizacional que mitigará conflitos alocativos com os demais stakeholders e garantirá sua infraestrutura dual.

3ª Camada - Capacidade Dinâmica: o SisGAAz e a Gestão por Evidências

Para Mazzucato e Kattel (2026), as capacidades dinâmicas são as habilidades do Estado de “sentir oportunidades e riscos emergentes, experimentar novas formas de coordenação e mobilizar recursos sob incerteza” (tradução nossa; p.17). Assim, entende-se que o SisGAAz poderá ser a manifestação tecnológica e operacional definitiva dessa camada, uma vez que ao prover consciência situacional em tempo real sobre a imensidão da Amazônia Azul, o sistema permite que a Marinha monitore ameaças imprevisíveis na Margem Equatorial, tais como vazamentos de óleo, rotas de tráfego irregulares ou pesca ilegal, para além de sua atividade de socorro e salvamento no mar (*Safe and Rescue* – SAR). Ademais, poderá cruzar dados de forma interinstitucional e reconfigurar respostas rápidas e adaptativas.

Em outras palavras, a mudança de patamar da LGGP exige que o setor público atue como um moldador de mercados por meio de capacidades dinâmicas. Isso envolve a agilidade na detecção de transformações do ambiente, processo conhecido como sensing, bem como a capacidade de mobilizar recursos para responder a esses sinais, denominada como seizing. Quando plenamente operacionalizado, o SisGAAz cumprirá o papel de gerar as evidências técnicas exigidas pelo novo paradigma da LGGP para validar a eficiência alocativa. Com efeito, o sistema poderá funcionar como o sensor tecnológico indispensável para que a gestão pública fundamente suas decisões em dados concretos, superando o atual incrementalismo que privilegia a miopia do curto prazo (Teece, 2007; Mazzucato; Kattel, 2026).

Tabela 2

Indicadores de emprego dual e Valor Público do SisGAAz

Eixo de atuação	Aplicação Técnica (<i>Sensing</i>)	Valor Público gerado (<i>Seizing</i>)
Defesa e Soberania	Monitoramento de tráfego na Zona Economicamente Exclusiva (ZEE)	Proteção de infraestruturas críticas
Meio Ambiente	Detecção de manchas de óleo	Suporte ao licenciamento ambiental
Economia Azul	Fiscalização de pesca ilegal	Garantia da segurança para navegação comercial
Ciência e tecnologia	Coleta de dados oceanográficos	Subsídio para o Planejamento Espacial Marinha

Fonte: Elaborado pelo autor

A soberania territorial e informacional ganha força por meio da interação contínua do SisGAAz com o PEM, uma vez que enquanto aquele garante a adaptação e a resposta ágil (Camada Dinâmica), este funciona como a rotina organizacional (Camada Organizacional), que é o “tecido conectivo capaz de traduzir a direção estratégica do Estado em práticas repetitivas e coordenadas. Em outras palavras, o monitoramento do SisGAAz ganha sentido prático porque o PEM codifica regras de zoneamento e o uso do espaço, orientando o que de fato constitui uma anomalia no Amazônia Azul.

Em resumo, a integração entre o monitoramento operacional e a avaliação de política pública é o requisito final para que o ordenamento da Margem Equatorial supere lacunas institucionais históricas (De Toni, 2026; Marroni, 2025).

Considerações Finais

Os achados desta pesquisa evidenciam que a inserção do Brasil como potência marítima sustentável na Margem Equatorial depende de uma superação institucional que rompa com o incrementalismo orçamentário histórico. O Planejamento Espacial Marinho (PEM) e o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz) não devem ser reduzidos a projetos setoriais isolados, pois eles constituem estudos de caso da nova Administração Pública, onde a Lei Geral da Gestão Pública (LGGP) fornece a arquitetura institucional e as infraestruturas tecnológicas proveem a evidência métrica necessária para que o orçamento seja alocado com eficiência.

A investigação demonstra que a rigidez fiscal de 95% do orçamento federal torna a eficiência alocativa um imperativo de sobrevivência e soberania. Se a governança administrativa, estruturada pela nova legislação, resolve o impasse jurídico e a miopia orçamentária interna, a consolidação da liderança brasileira dependerá da transição para uma gestão transfronteiriça efetiva e resiliente. O fortalecimento de uma burocracia profissional protegida contra capturas políticas e a adoção de decisões baseadas em dados são requisitos finais para que o ordenamento da Margem Equatorial supere lacunas históricas e consolide o poder nacional.

Em última análise, a superação da armadilha das instituições de média qualidade, conforme descrito por Machado e Gomide (2026), constitui o alicerce fundamental para que as capacidades dinâmicas de moldagem de mercado, propostas por Mazzucato e Kattel (2026), se consolidem na governança da Amazônia Azul. Este debate sobre a resiliência e a profissionalização burocrática no setor de defesa abre caminho para ensaios futuros sobre os desafios do Planejamento Espacial Marinho (PEM) no contexto das fronteiras pan-amazônicas e da integração regional no Atlântico Sul.

Referências

- Aith, F. M. A. **O Estado e o governo: distinções fundamentais no direito público**. São Paulo: Quartier Latin, 2006.
- Andrade, I. de O.; Rocha, A. J. R. da; Franco, L. G. A. **Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul: soberania, vigilância e defesa das águas jurisdicionais brasileiras**. Brasília: Ipea, 2019. (Texto para Discussão, n. 2452).
- Ansell, C.; Gash, A. Collaborative Governance in Theory and Practice. **Journal of Public Administration Research and Theory**, v. 18, n. 4, pp. 543-571, 2007 (PDF).
- Bittencourt, C. M.; Reck, J. R. A dicotomia entre políticas de Estado e de governo: uma análise crítica a partir do planejamento das políticas públicas. **Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura**, v. 5, n. 18, pp. 45-67, 2021. <https://doi.org/10.7213/rev.dir.econ.soc.v12i3.28105>.
- Bobbio, N. **Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política**. Trad. Marco Aurélio Nogueira. 21. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

Brasil. **Decreto nº 12.725, de 3 de março de 2025. Aprova a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional.** Brasília: Presidência da República, 2025.

Cavalcante, P.; Lotta, G. Boundary-crossing Strategies: Managing Macro Policies in a Federal Government. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 25, n. 5, pp. 1-16, 2021. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2021200012>.

De Toni, J. A retomada do planejamento estratégico público: do fatalismo à ambição nacional. **Jornal GGN**. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/artigos/a-retomada-do-planejamento-estrategico-publico-por-jackson-de-toni/>.

Ercan, S.; Vromen, A. Qualitative Research in Political Science. In: Liamputtong, Pranee (Org.). **How to Conduct Qualitative Research in Social Science**. Cheltenham: Edward Elgar, 2023. pp. 15-31.

Freitas, C. R.; Young, C. E. F.; Morlin, G. S.; Fevereiro, J. B. R. T.; Resende, Amanda, M.; Costa, L. de A. N.; Carvalho, R. A. **Revisão metodológica do “OCDE Green Budgeting Framework” e proposta para o Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento (CICEF), 2025.

Gaetani, F. **A Lei Geral da Gestão Pública e a Reforma do Estado: diálogos sobre a modernização administrativa**. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública, 2025.

Kingdon, J. W. **Agendas, Alternatives, and Public Policies**. 4. ed. New York: HarperCollins, 2025.

Machado, I. T.; Gomide, A. de Á. **Burocracia Profissional e Capacidades Estatais: resiliência institucional em contextos de crise**. Rio de Janeiro: Ipea, 2026.

Marroni, E. V. **Governança oceânica e planejamento espacial marinho: uma perspectiva histórica**. Pelotas: Ed. UFPel, 2025. <https://doi.org/10.15210/ISBN9788560696659>

Mazzucato, M.; Kattel, R. **O Estado Moldador: capacidades dinâmicas na nova gestão pública**. Trad. Maria Lúcia Leite. São Paulo: Companhia das Letras, 2026.

Mendes, C. C.; Abreu, R.; Souza, J. R. **Crise Fiscal e Orçamento no Brasil: o desafio da rigidez orçamentária (2011-2020)**. Brasília: Ipea, 2021.

Moreira, T. L.; Moreira, V. de S.; Rossignoli, R.; Souza, V. G. Planos federais de governo e a teoria do equilíbrio pontuado: análise para o período 2004-2020. **Revista Ciência Dinâmica**, v. 14, n. 1, 2023. <https://doi.org/10.4322/2176-6509.2023.001>.

Moura Neto, J. S. de; Campos, L. G.; Mello, R. M. **Governança e Infraestrutura Dual na Amazônia Azul: perspectivas para a soberania nacional**. Rio de Janeiro: Marinha do Brasil, 2025.

Santos, T.; Leske, A. (Coord.). **Economia de Defesa e Segurança Nacional**. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2025.

Sechi, L. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

Silva, P. F. Base industrial de segurança e defesa nacionais no Brasil: a janela de oportunidade da segurança integrada. In: Andrade, Israel de Oliveira; Lange, Valério Luiz; Medeiros Filho, O.; Lima, R. C. (Org.). **Desafios contemporâneos para o Exército brasileiro**. Brasília: Ipea, 2019.

Souza, R. L. S.; Ximenes, J. M. Pesquisa qualitativa em políticas públicas: entendendo os problemas públicos para desenhar melhores ações públicas. In: Sampaio, Rafael Cardoso; Paula, Carolina (Org.). **Manual de introdução às técnicas de pesquisa qualitativa em Ciências Políticas**. Brasília: Enap, 2025.

Teece, D. J. Explicating dynamic capabilities: the nature and microfoundations of (sustainable) enterprise performance. **Strategic Management Journal**, v. 28, n. 13, pp. 1319-1350, 2007 (PDF).

Yin, R. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.